

## O que significa Apoio Pedagógico Individual?

Esta medida pode consistir :

- ⇒ no reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma;
- ⇒ no estímulo ou reforço da aprendizagem de conteúdos leccionados na turma;
- ⇒ na antecipação ou reforço da aprendizagem de conteúdos leccionados na turma;
- ⇒ no reforço e desenvolvimento de competências específicas (consoante a gravidade das NEE dos alunos , este último deverá ser desenvolvido pelo professor da disciplina e pelo docente de Educação Especial).

## O que são adequações no processo de matrícula?

- ⇒ Sempre que tal se justifique, o aluno com NEE tem o direito de efectuar a sua matrícula por disciplinas, desde que a sequencialidade do regime comum seja assegurada, ou seja, poderá completar o ano de escolaridade, em dois anos lectivos.

## O que são adequações no processo de avaliação?

- ⇒ Estas adequações poderão consistir na alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação, e certificação, ou das condições especiais de avaliação no que respeita às formas e meios de comunicação (por ex. privilégio da oralidade), à periodicidade, duração e local da mesma.



## O que são Adequações Curriculares Individuais?

- ⇒ Estas adequações deverão ter sempre como padrão, o currículo comum e não deve pôr em causa as competências essenciais das disciplinas, nem as competências terminais de ciclo;
- ⇒ Dever-se-á incidir na diferenciação ao nível das actividades e estratégias, assim como nas competências essenciais;
- ⇒ Estas poderão consistir na introdução de objectivos e conteúdos intermédios, em função das competências terminais de ciclo;
- ⇒ Poderão traduzir-se na dispensa de actividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno (só quando o recurso a tecnologias de apoio não for suficiente). Esta dispensa poderá ocorrer quando, por exemplo, o aluno possui uma incapacidade motora que o impede de concretizar actividades na área da expressão física e/ou motora.

## Funções dos docentes de Educação Especial:

a) **Colaborar** com os pais e outros técnicos especializados na intervenção e acompanhamento precoce de bebés e crianças portadores de deficiência, em situação domiciliária e ou hospitalar;

b) **Colaborar** com o docente do ensino regular na identificação de necessidades educativas especiais, limitações e desvantagens sociais, no quadro de desenvolvimento social e educativo dos alunos;

c) **Apoiar** técnicas de aconselhamento e diferenciação pedagógica;

d) **Proceder** à avaliação pedagógica especializada;

e) **Integrar** a equipa transdisciplinar em estratégias de avaliação e intervenção;

f) **Apoiar** os docentes do ensino regular na sala de aula em tarefas de diferenciação pedagógica para uma melhor gestão de turmas heterogéneas em processos de educação inclusiva;

g) **Colaborar** com o docente de educação e ensino regular na transformação e adaptação do currículo regular decorrente das necessidades educativas especiais, desenvolvendo programas em áreas específicas de aprendizagem ou no âmbito de intervenções curriculares alternativas, para alunos portadores de deficiências de baixa incidência;

h) **Desenvolver** apoio individual e ou individualizado nos casos em que as problemáticas assim o exijam;

i) **Colaborar** com o docente de educação e ensino regular na implementação das medidas previstas no Decreto -Lei n.º 3 de 2008 de 7 de Janeiro, relativas a alunos com necessidades educativas especiais;

j) **Intervir** na educação parental colaborando no processo de desenvolvimento dos pais, na educação precoce, na educação escolar e na formação profissional dos seus filhos e nos respectivos projectos de integração educacional e social;

l) **Intervir** no processo de cooperação dos estabelecimentos de educação e ensino com outros serviços locais;

m) **Participar** como membro de pleno direito nos órgãos e demais estruturas de gestão da escola.



## ESCOLA BÁSICA DO 2.º E 3.º CICLOS DE SANTO ANTÓNIO

EQUIPA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

DL 3/2008 de 7 de Janeiro



## O QUE É ISSO?





# DECRETO-LEI 3 / 2008

## POPULAÇÃO ALVO:

⇒ Alunos com **limitações significativas** ao nível da **actividade** e da **participação** num ou vários domínios de vida, decorrentes de **alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente**, resultando em **dificuldades** continuadas **ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social**.

## DEFINE:

- ⇒ os direitos e deveres dos pais/encarregados de educação no exercício do poder paternal e introduz os procedimentos a ter no caso em que estes não exerçam o seu direito de participação (será a escola a responsabilizar-se pelas respostas educativas).

## ESTABELECE COMO MEDIDAS EDUCATIVAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;
- e) Currículo específico individual;
- f) Tecnologias de apoio.

## ESTABELECE QUE:

- ⇒ As escolas não poderão rejeitar a matrícula ou a inscrição de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou necessidades educativas especiais que manifestem, gozando estas, inclusivamente, de prioridade na matrícula;
- ⇒ Toda a informação relativa aos alunos com NEE deverá ser tratada de forma sigilosa, ficando os membros da comunidade educativa obrigados ao sigilo.

## QUEM PODE FAZER A REFERENCIAÇÃO?

- ⇒ Pais ou encarregados de educação;
- ⇒ serviços técnicos de intervenção precoce;
- ⇒ docentes;
- ⇒ técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais.

## E depois?

A referenciação é entregue ao Conselho Executivo, com a documentação em anexo (relatórios médicos, psicológicos ou outros considerados relevantes) e este desencadeia os seguintes procedimentos:



- ⇒ Solicita ao Departamento de Educação Especial e ao Serviço de Psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, o qual será elaborado após terem sido levadas a cabo as avaliações pedagógica e psicológica.
- ⇒ Solicita ao Departamento de Educação Especial a determinação dos apoios ou adequações no processo de ensino e aprendizagem de que o aluno deve beneficiar, assim como as tecnologias de apoio.
- ⇒ No caso de se considerar que o aluno não revela necessidades educativas que justifiquem a intervenção dos serviços de Educação Especial, deverá este serviço, assim como o de psicologia, encaminhar os alunos para os apoios disponibilizados pela escola e que se adequem à sua situação.
- ⇒ Para a elaboração do relatório técnico-pedagógico, pode o Conselho Executivo recorrer a Centros de Saúde, Centros de Recursos ou Escolas de Referência, quando tal se justifique.

## O que é isso de PEI?

- ⇒ O **Programa Educativo Individual** (PEI) é o documento onde constam as medidas educativas a aplicar ao aluno e integra o processo individual do aluno.
- ⇒ Compete ao Director de Turma, aos Docentes de Educação Especial e aos Encarregados de Educação a sua elaboração, o qual será aprovado em Conselho Pedagógico e homologado pelo Conselho Executivo.
- ⇒ O Coordenador do PEI é o Director de Turma.

- ⇒ O PEI deve ser revisto a qualquer momento e obrigatoriamente após o final de cada nível de educação ou ensino e no fim de cada ciclo.

- ⇒ Deverá ser avaliado no fim de cada período lectivo e no final do ano lectivo.

- ⇒ No final do ano lectivo deverá ainda ser elaborado um relatório circunstanciado pelo Director de Turma, Docente de Educação Especial e pelos restantes Docentes e/ou Técnicos que acompanham o aluno.

- ⇒ Neste relatório explicitar-se-á a necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e aprendizagem, assim como também se poderão propor alterações ao PEI.

## O que é um CEI?

- ⇒ O **Currículo Específico Individual** implica alterações significativas ao currículo comum, sendo possível introduzir, substituir ou eliminar objectivos e conteúdos.
- ⇒ Os conteúdos deste currículo visam a autonomia pessoal e social do aluno, dando-se prioridade a actividades de cariz funcional que permitam o sucesso da sua vida pós escolar.
- ⇒ Esta deverá ser a última medida a adoptar, uma vez que priva o aluno do *términos* da escolaridade, tão necessária à obtenção de um emprego, no futuro.
- ⇒ A adopção desta medida é irreversível e altamente penalizadora para o aluno, no que respeita a um futuro profissional, só se justificando, quando o discente manifesta graves limitações ao nível das aprendizagens.



## O que é o PIT?

- ⇒ Para além do PEI, e no caso de se tratar de uma criança ou jovem com necessidades educativas que o impeçam de adquirir as aprendizagens e as competências definidas no currículo comum, deverá ser elaborado ainda o **Plano Individual de Transição** (PIT).
- ⇒ Este documento visa a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional, preparando-se assim a transição para a vida pós-escolar.